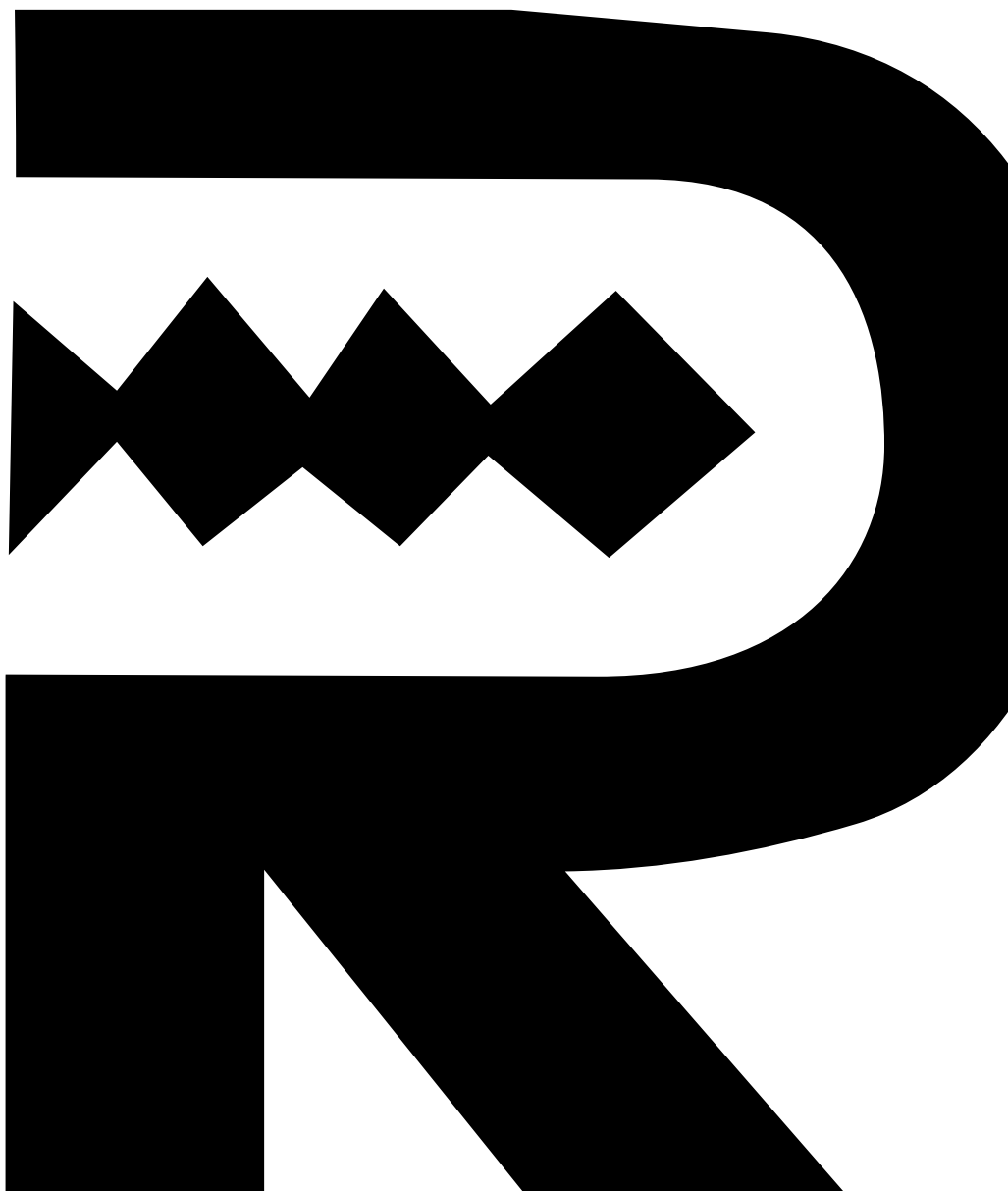


**caderno de
educação**

ilê aiyê 1995—2013
projeto de extensão pedagógica

7

**revolta dos búzios
200 anos**







É com imensa satisfação e orgulho que apresentamos esta edição comemorativa que reúne todos os Cadernos de Educação publicados pelo Ilê Aiyê. Esta coleção simboliza a centralidade do projeto de educação, reparação histórica e afirmação das dimensões afro-brasileiras.

A parceria com a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação reforça a importância histórica e a relevância política, artística e cultural dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê. Essa iniciativa se alinha a uma prática de extensão que enxerga a educação como um processo de transformação social, promovendo a valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira.

Assim como o Ilê Aiyê, que, a partir do Carnaval Negro e da potência criativa de J. Cunha, ressignificou a maior festa popular da Bahia, os Cadernos de Educação buscam conectar a educação às raízes culturais e históricas do povo negro. A Associação Cultural Ilê Aiyê, desde sua fundação há 50 anos, surgiu da luta por repre-

prefácio

sentatividade e pela valorização da cultura afro-brasileira. Com sua atuação no bairro da Liberdade, o Ilê Aiyê transformou seu espaço em um território de resistência e educação, criando a escola comunitária Mãe Hilda e a Band'Erê, com seu modelo pedagógico inovador baseado na cultura e na História do povo negro no Brasil.

O Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, criado em 1995, expandiu essas ações para outras escolas da comunidade, capacitando professores e educadores a abordar a História e a cultura afro-brasileira em sala de aula. Esse projeto, assim como os Cadernos de Educação, promove o desenvolvimento de uma consciência de pluralidade cultural, combatendo o racismo e reforçando a importância da ancestralidade e da identidade negra.

O compromisso da UFRB com esse projeto reflete sua missão de promover a inclusão e a valorização das culturas de matrizes africanas, colaborando com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Que esta edição comemorativa dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê inspire educadores, estudantes e toda a comunidade acadêmica a continuar a luta por um mundo melhor e sem racismo, celebrando a riqueza e a diversidade das culturas afro-brasileiras.

prof. danillo barata
pró-reitor de extensão e cultura da ufrb

1995—2013

**caderno de educação
ilê aiyê
projeto de extensão pedagógica**

PROJETO DE EXTENSAO PEDAGÓGICA DO ILÊ AIYÊ

Arany Santana

ensaio

- ¹ Termo regional, que significa reforço escolar.
- ² O *deburù*, também conhecido como flor do velho ou pipoca do velho, é uma expressão utilizada pelos Povos de Terreiro.

A década de 1980 foi crucial para a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao incluir oficialmente a obrigatoriedade do ensino de História da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, mas pouca gente sabe que a implementação dessa política pública nacional, que só se deu em 2003, teve a Bahia como pioneira.

Impulsionada pela pressão dos movimentos populares, fruto de incansável exigência do Movimento Negro Unificado, criado em 1978, somado aos terreiros de candomblé e ao primeiro bloco afro do Brasil, Ilê Aiyê, as Universidades Federal e Estadual da Bahia, mas, sobretudo, o Estado se viu tensionado, desde 1985, a inserir a temática na pauta das políticas públicas educacionais.

A audácia do Ilê Aiyê, que já em seu primeiro desfile, em 1975, em plena ditadura militar, desvelou o racismo no Brasil, exaltou a beleza e a força de heróis e heroínas da resistência negra — bem como a magnitude de reinos africanos, conteúdo nunca apresentado em sala de aula, traduzido sob o prisma de canções de forte impacto — gerou um movimento inédito de busca por parte de estudantes e professores das escolas do bairro da Liberdade por informações sobre as temáticas abordadas pelo bloco. Diante desse fato inesperado, a diretoria do Ilê se viu compelida a pensar ações que sistematizassem esse conhecimento. Era uma resposta à visão estereotipada dos

livros didáticos e da abordagem eurocentrada da História. Que História é essa que ecoava das canções do Ilê e firmava desde um novo padrão de beleza à valorização e salvaguarda das religiões de matriz africana?

A mentalidade visionária de Mãe Hilda Jitolu foi a mola propulsora do projeto educacional do bloco. A princípio, o pedido da matriarca era acolher crianças que passavam grande parte do tempo na rua, oferecendo-lhes banca¹, já que sua filha Hildelice tinha formação em Magistério. A partir de então, constatou-se que esses alunos, para além do déficit em leitura e escrita, eram, em sua grande maioria, expulsos da rede escolar por sua multirrepetência, sendo, portanto, inquietos, indisciplinados, ou seja, fora do padrão esperado pelo sistema educacional. Por outro lado, o encantamento dessas crianças pelas músicas entoadas pelo Ilê Aiyê facilitava o processo de alfabetização.

Em 1985, diante da crescente pressão, o Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia aprovou a lei, logo sancionada, que inseria a “Introdução ao Estudo da História e das Culturas Africanas” nos currículos das escolas públicas e privadas.

No ano seguinte, 1986, uma comissão coordenada pela professora da UFBA, Eugênia Lúcia Viana Neri, composta por técnicos e professores dessa mesma universidade, além da Uneb e da Secretaria de Educação, implementou o primeiro curso de especialização em História da África, voltado para 30 professores de História da rede pública e dez membros de organizações negras de Salvador, desde que portadores de diploma de nível superior.

Pouco tempo depois, o barracão do Ilê Axé Jitolu já estava repleto de crianças sentadas em carteiras doadas pelo

então Secretário de Educação do Estado, Professor Dr. Edivaldo Machado Boaventura, que tornou realidade o sonho de Mãe Hilda em ver seu espaço sagrado transformado em escola, fato concretizado em 1988, quando nasce a Escola Mãe Hilda. Foi pelas mãos desse mesmo gestor que, em 1987, a disciplina de História da África foi implementada em dez escolas públicas de Salvador, mais precisamente em bairros periféricos de concentração da população negra. Tal política, infelizmente, durou apenas um ano. Com a mudança do governo e de todo o secretariado, a disciplina foi banida dos currículos, dependendo tão somente da boa vontade de alguns professores, que, sem nenhum apoio, sustentaram a temática por mais dois anos.

Na contramão do movimento governamental, o barracão do Ilê Axé Jitolu se tornou pequeno para o número de estudantes que crescia a cada ano, obrigando a escola ocupar outros espaços do terreiro. As músicas eram o instrumento pedagógico que transformou a escola num espaço de alegria, ludicidade e identidade.

Assim como manda a tradição do candomblé, Mãe Hilda fazia questão de usar recursos próprios para preparar uma farta mesa com a merenda das crianças, sendo essa geralmente vinculada aos orixás. Dessa forma, por exemplo, às segundas-feiras, oferecia-se pipoca, fazendo a alegria geral da criançada. Mãe Hilda aproveitava esses momentos para mostrar, com orgulho, que a “flor²” do velho Obaluayê era a comida do dono de sua cabeça e patrono do terreiro. Importante reforçar que foram incontáveis os momentos em que que flagrávamos Mãe Hilda Jitolu observando e admirando as aulas pelas frestas da porta entreaberta, sem que na maioria das vezes fosse notada pelos alunos.

O BARRACÃO DO ILÊ AXÉ JITOLU SE TORNOU PEQUENO PARA O NÚMERO DE ESTUDANTES QUE CRESCIA A CADA ANO, OBRIGANDO A ESCOLA A OCUPAR OUTROS ESPAÇOS DO TERREIRO

A grande revolução da Escola Mãe Hilda se deu pela transformação de um espaço votivo em escola, oferecendo acolhimento a estudantes renegados pelo sistema escolar, agora felizes e aprendendo, para além do currículo formal, o respeito por uma religião secularmente discriminada e, sobretudo, a valorização da história de sua ancestralidade negra, desprezada até hoje por grande parte das escolas do país.

O sucesso metodológico da escola resultou na mudança comportamental dos alunos, que, devido ao espaço sagrado que frequentavam, aprendiam sobre o respeito mútuo, o respeito às diferenças, mas, sobretudo, o respeito aos mais velhos. Se tornou rotina os alunos pedirem a benção ao adentrar o ambiente escolar, fundamento vital das religiões

de matriz africana, de modo que não tardou para que essas crianças, então alfabetizadas, passassem a ser disputadas por escolas da região.

Foi a partir dessa exitosa experiência que, mais uma vez, a professora Eugênia Lúcia, em 1995, na maioria do bloco, chamou o presidente Vovô à responsabilidade de produzir material didático a partir da ótica dos carnavais do Ilê, assegurando a permanência da temática africana e afro-brasileira nos currículos das escolas da Liberdade e adjacências, promovendo conhecimento para os alunos e a capacitação de professores das redes municipal e estadual daquela região.

Nascia assim o Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, materializado em seus *Cadernos de Educação*, contando com um time de peso de professores, dentre eles, Jaime Sodré, Makota Valdina Pinto, Jorge Conceição, Ana Célia da Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Lindinalva Barbosa, sob a coordenação de Arany Santana e Jônatas Conceição. A qualidade do projeto atraiu importantes parceiros como a Fundação Odebrecht e as Secretarias Municipal e Estadual de Educação da Bahia, além de render o prêmio de terceiro melhor projeto pedagógico do Brasil pelo Itaú – UNICEF.

Somado à escola Mãe Hilda, o Projeto envolveu professores, dirigentes, coordenadores e supervisores das seis maiores escolas da Liberdade e entorno. Contemplou mais de três mil alunos, capacitou sessenta professores, que, por meio do conhecimento, puderam rever seus conceitos, suas convicções e crescer enquanto seres humanos.

Diante do sucesso, o curso foi estendido para dirigentes e assessores de blocos afros e afoxés, povos de santo, membros de associações culturais e grupos de capoeira que agora adentravam o espaço do Centro de Estudos Afro-O-

rientais, o CEAO, da Universidade Federal da Bahia, para receber essa capacitação.

O icônico tema do primeiro Caderno de Educação, fruto do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, não poderia ser outro senão “Organizações de Resistência Negra”. O material apresentava as mais importantes organizações negras brasileiras, desde o século XVI até a fundação do Ilê Aiyê, e já contava com o design gráfico do magistral artista plástico J. Cunha, que chegara no bloco muito antes, criando em 1978 sua identidade visual, o emblemático Perfil Azeviche. A partir de 1980, Cunha passou a desenvolver o design dos tecidos do bloco, finalizando a conjugação perfeita entre a transformação política, estética e, mais tarde, educacional do Ilê Aiyê, indo muito além do âmbito local de Salvador e tornando-se um marco nacional, quiçá internacional.

Era, enfim, o grito da raça ecoando, reescrevendo a história de nossos antepassados, elevando a autoestima de nossas crianças, num movimento revolucionário que mudou a mentalidade e a paisagem urbana de Salvador.

R

sumário

4	prefácio
6	ensaio
15	sumário
16	apresentação
19	a revolta dos búzios
32	a trama e a fala dos envolvidos
49	a revolta e a contemporaneidade

1995—2013

caderno de educação
ilê aiyê
projeto de extensão pedagógica

A REVOLTA DOS BUZIOS 200 ANOS

Aos nossos Heróis Nacionais:

*Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do
Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres e
Manoel Faustino dos Santos Lira.*

apresentação

A liberdade consiste no estado felis, no estado livre do abatimento: a liberdade he a doçura da vida, o descanso do homem com igual palallélo de huns p^a outroz, finalmente a liberdade he o repouzo, e bemaventurança do mundo.

Trecho de um Boletim dos Revolucionários

O volume 7 da série Caderno de Educação do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê foi produzido para homenagear quatro líderes negros da Revolta dos Búzios, que no ano de 1799 foram mortos porque lutaram por direitos iguais e bem-estar social para todos os brasileiros.

Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres e Manoel Faustino dos Santos Lira morreram jovens, mas não abriram mão de lutar contra o poder que marginalizava e oprimia, com violência maior, a população de descendência africana.

Desde os anos 1970, o movimento negro contemporâneo, através da dramaturgia, canções e das artes plásticas, rememora esse importante

fato histórico, de 1798. Este Caderno tenta resgatar esta memória e atualizá-la em nosso presente ainda tão cheio de violência e opressão contra a população de descendência africana.

Os textos produzidos pelos professores Antônio Jorge Godi e Jônatas Conceição e os transcritos dos documentos sobre a Revolta conservaram, quando preciso, a grafia original do português do século XVIII.

O Caderno está estruturado em três capítulos: a) A Introdução com um panorama da sociedade baiana, da época; b) A Trama e as Falas dos Envolvidos, que reproduz documentos e depoimentos da liderança da Revolta e do Poder Colonial e c) A Revolta e a Contemporaneidade, que faz uma releitura do material produzido pelo movimento negro contemporâneo.

O Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, ao comemorar os 200 anos da Revolta dos Búzios, o faz para declarar digna e honrosa a memória de **Luis Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira** e todos os seus descendentes. **“A Luta Negra sempre existiu.”**

A Coordenação do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê.

1995—2013

caderno de educação
ilê aiyê
projeto de extensão pedagógica

01

A revolta dos búzios

Antônio Jorge Victor
dos Santos Godi



Há 200 anos, um fato histórico ocorreria no coração da cidade de Salvador, despertando o medo entre a minoria branca e a esperança de liberdade para a maioria negra da primeira capital do Brasil. Tratava-se da Revolta dos Búzios, também conhecida, pelos relatos históricos oficiais, como Conjuração Baiana, Inconfidência Baiana ou, ainda, como Conspiração dos Alfaiates.

Tudo começa no dia 12 de agosto de 1798, quando determinados papéis, escritos a mão, surgem nos lugares mais públicos da cidade de Salvador anunciando a independência nacional, a abertura dos portos, uma liberdade incondicional e direitos iguais para todos que aqui viviam, incluindo os africanos e seus descendentes.

Em nenhum momento da História brasileira um movimento de resistência nativista apontou para uma mudança social que incluísse numa perspectiva moderna o término da escravidão negra. Mesmo a Inconfidência Mineira, que consagrou Tiradentes como o mártir da liberdade e da independência nacional, não contemplou em seus ideários o componente social afro-brasileiro. Daí, a importância da Revolta dos Búzios na trajetória histórica de resistência dos negros no Brasil. Mas, quais os contornos cruciais do cenário desse importante fenômeno histórico? Enfim, como era a cidade de Salvador nos últimos anos do século XVIII, no que diz respeito ao seu caráter econômico-social, populacional e étnico?

A constituição geográfica da cidade de Salvador, no período da Revolta dos Búzios, tinha como território de referência a cidade baixa, “que se estendia da Preguiça à Jequitaiá (...) e, a Cidade Alta (...) que ia do Forte de São Pedro à Soledade” (Tavares, 1975, p.7). Entretanto, o centro das

atividades socioeconômicas e políticas situava-se entre o bairro de São Bento, passando pela Casa da Câmara (atual Praça Municipal), Pelourinho e o bairro de Santo Antônio Além do Carmo. Deve-se levar em conta que a cidade de São Salvador da época fazia parte da reconhecida Baía de Todos os Santos, constituindo um território marcado por estreitas relações comerciais e culturais com importantes cidades do Recôncavo, a exemplo de Cachoeira, São Félix, Santo Amaro da Purificação entre outras.

O espaço urbano soteropolitano, marcado pela presença de uma arquitetura tipicamente barroca, composta por muitos casarios e igrejas exuberantes, foi o cenário da exemplar história de luta e resistência que aqui teremos a oportunidade de revisitar. Muitos dos lugares, ruas e becos por onde circularam os atores sociais desse acontecimento luminoso e trágico ainda existem, ostentando os mesmos nomes da época: São Miguel, Gravatá, Piedade, Fonte Nova, São Pedro, Poeira, Corpo Santo, Nossa Senhora Ajuda, Desterro etc. Enfim, nós pisamos o mesmo chão dos nossos antepassados, mas nem sempre trilhamos esperançosamente seus caminhos e seus sonhos de igualdade e liberdade.

Os relatos documentais e historiográficos, ainda que imprecisos e relativos, revelam que a cidade de Salvador tinha, no período, uma população de aproximadamente 60 mil habitantes, sendo que perto de 70% seriam africanos ou descendentes de africanos (Jancsó, 1996, p.57). Em se tratando de uma cidade incluída do mundo escravista, esses números seriam indícios de um constante temor por parte dos europeus colonialistas que aqui viviam. Por outro lado, Salvador era a segunda maior cidade do império português composta por uma população ativa que chegava

perto da metade da população da capital da metrópole.

Entre os séculos XVIII e XIX, a economia colonialista e escravista começava a viver uma certa crise. Entretanto, o porto marítimo de Salvador se mantinha como um dos mais movimentados do mundo, exportando principalmente açúcar, fumo e algodão e importando produtos e alimentos de Portugal e escravos da costa africana. Diante disso, a economia de subsistência era evidentemente negligenciada e, a farinha e a carne, que eram alimentos básicos na época, alcançavam preços altíssimos. Tratava-se de uma economia baseada no exclusivismo colonial, em que a produção era mais voltada para o algodão que alimentava a insipiente indústria portuguesa e para o fumo e o açúcar, que historicamente serviram como suporte e moeda no tráfico escravo.

Mas o mundo começava a passar por profundas transformações. A França, nas últimas décadas do século XVIII, deflagra uma revolução de caráter social burguês disseminando pelo mundo afora os ideais de “liberdade, fraternidade e igualdade”. Outros países, a exemplo da Inglaterra, iniciam uma revolução industrial contrariando radicalmente as relações escravistas-colonialistas e apontando para uma economia capitalista, no qual aqueles que efetivamente produziam não eram propriedades dos donos dos meios de produção e, sim, meros operários, além, de consumidores potenciais das mercadorias produzidas por eles mesmos.

Hoje, dois séculos depois da Revolta dos Búzios, percebemos a eficiência do projeto capitalista ao constatar-mos que tanto negros quanto brancos pobres continuam escravos da modernidade econômica. Diante disso, o fato histórico em questão persiste como um belo e corajoso exemplo de tentativa da construção de um mundo marca-

do pela igualdade social e étnica, assim como pela plenitude da cidadania.

Porém, que fatos e ações históricas fizeram da Revolta dos Búzios motivo de estudos oficiais e de resgate por parte de militantes negros numa contemporânea tentativa de resistência, liberdade e construção de uma autoestima negra em Salvador? Quais os principais atores sociais desse importante momento de nossa História? Qual a cor étnica daqueles que receberam pena máxima manchando o chão soteropolitano com o sangue de seus corpos negros, enforcados e esquartejados? Porque a historiografia brasileira, voltada para resistência nativista, desprezou esse fato histórico em detrimento de outros, a exemplo da Inconfidência Mineira? Essas são algumas das questões que abordaremos, ainda que de forma sumaria e rápida como exige a fugacidade de nossa contemporaneidade.

A Revolta dos Búzios é um fenômeno histórico estranho. De fato, não houve uma revolta e uma insurreição explicitadas em ações de luta armada mas, tão somente, o anúncio de um projeto político pluralista e democrático, abortado por uma ação rápida do poder colonial.

A liderança da revolta em questão era composta de africanos e afro-brasileiros escravizados ou libertos que viviam em condições desiguais em Salvador e por descendentes de europeus inconformados com as exigências da metrópole portuguesa, que insistentemente monopolizava o comércio portuário e impunha crescentes tributos às transações comerciais.

O número dos envolvidos na organização da revolta, presos e processados pelo poder local, somava 33 participantes – apesar de um dos “boletins sediciosos” apontar

para a participação de 392 revolucionários. O fato é que, entre os 33 indiciados, encontravam-se representantes das mais diversas camadas sociais da capital baiana compondo uma pluralidade étnico-social inusitada, em se tratando de um contexto escravista-colonial. Se não, vejamos: 11 escravos, cinco alfaiates, seis soldados de tropa paga, três oficiais militares, um negociante, dois ourives, um bordador, um pedreiro, um cirurgião, um carpinteiro e um professor. Para o historiador Luís Henrique Dias Tavares, esse quadro era composto “... do ponto de vista étnico, de 14 brancos, 18 mestiços e um negro” (Tavares obra citada. pp.9-10)

Logo, no que diz respeito à posição social dos participantes, os escravos seriam maioria, e quanto ao aspecto cor, os mestiços prevaleceriam, revelando que, já na passagem dos séculos XVIII-XIX, Salvador apresentava uma complexa composição étnico-social e econômica. Enfim, apesar de fazer parte do mundo escravista, convivia com uma relação multi-social que estava além da polaridade do branco escravizador versus os africanos e seus descendentes escravizados. Pode-se deduzir que a mescla do período deixariam atônitos estudiosos que não perceberiam as cruciais mudanças existenciais da época.

A historiografia e a antropologia brasileira insistem em não colocar a Revolta dos Búzios entre as revoltas e rebeliões de escravos da Bahia, apesar do fato de mais de um terço de seus participantes terem sido escravos e, mais da metade, afro-brasileiros. Nina Rodrigues, em seu clássico “Os africanos no Brasil”, aborda que as sublevações de negros no Brasil, anteriores ao século XIX, nem de longe citam a sedição de 1798. Pierre Verger situa historicamente as “revoltas e rebeliões de escravos da Bahia” entre 1807-

1835 sem sequer citar a Revolta dos Búzios. Katia Mattoso, quando se refere às “rebeliões coletivas” do período, também não cita esse acontecimento soteropolitano entre as rebeliões escravas (1990, pp. 158-166).

Curiosamente, também os relatos recentes sobre a resistência escrava, a exemplo dos importantes estudos de João José Reis, não dedicaram atenção à Revolta dos Búzios. Uma reflexão mais apressada por parte dos militantes afro-brasileiros, que reivindicam a real importância do fato histórico soteropolitano, poderia indicar que os importantes analistas histórico-sociais, em questão, negligenciaram quanto à importância da Revolta dos Búzios. Entretanto, uma análise mais fria e equilibrada pode concluir que, de fato, não se tratava de uma rebelião unicamente afro-escrava e, sim, de uma tentativa de mudança pluralista e democrática, contando com uma atuante presença dos afro-baianos que, segundo os documentos, dariam novos rumos ao movimento.

Os primeiros estudos de porte sobre esse movimento social, a exemplo do emblemático trabalho de Affonso Ruy, é o denominado de “A Primeira Revolução Social Brasileira” (1951). O mais dedicado historiador baiano sobre o tema, o professor Luís Henrique Dias Tavares, tratava o fenômeno como “O Movimento Revolucionário Baiano de 1798” (1959). Coincidentemente, em 1974, marco zero do surgimento dos blocos afro-carnavalescos soteropolitanos com a criação do Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, o escritor Florisvaldo Mattos publica um livro denominado *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*. O interessante trabalho do analista baiano revela que a Revolta dos Búzios foi, antes de tudo, um episódio histórico marcado pelo poder moderno da comunicação oral, escrita e tipográfica. Nesse

sentido, o autor chama a atenção para o fato de que, entre os 33 presos e processados somados aos outros 16 presos para averiguações, mais da metade sabia ler, isto numa cidade onde poucos escreviam e liam a Língua Portuguesa.

Interessa aqui o fato de a Revolta dos Búzios se caracterizar por um momento histórico que se iniciou nos espaços da elite branca baiana que tinha fácil acesso às informações escritas na Europa de fins do século XVIII, a exemplo das ideias revolucionárias francesas. As elites locais, visando obter suporte militar entre os soldados afro-brasileiros, os convidaram para as reuniões onde esses documentos republicanos eram lidos e interpretados em nome de uma revolução no contexto local. Pode-se supor que, a partir daí, outros componentes dos segmentos menos favorecidos da cidade passam a ser convidados, a exemplo de colegas de “pretos” e “pardos” e trabalhadores afro-brasileiros livres e escravos.

Segundo os poucos relatos históricos sobre a Revolta dos Búzios, as reuniões e leituras de textos republicanos franceses entre a elite soteropolitana iniciaram-se, entre os anos de 1793 e 1794, sem sofrer qualquer tipo de averiguação ou repressão por parte do poder local. Curiosamente, alguns anos depois, as bases despossuídas (afrobaianos livres e escravos) seriam anexadas ao projeto revolucionário, determinando mudanças no seu ideário, a exemplo da libertação dos escravos e uma certa pressa na execução da mudança política.

Ao concordar com a documentação disponível, e ainda com a sentença oficial, o “pardo” Luís Gonzaga das Virgens e Veiga seria o autor dos “boletins sediciosos” que, disseminados em pontos estratégicos da cidade de Salvador em 12 de agosto de 1798, detonaria o fato histórico em

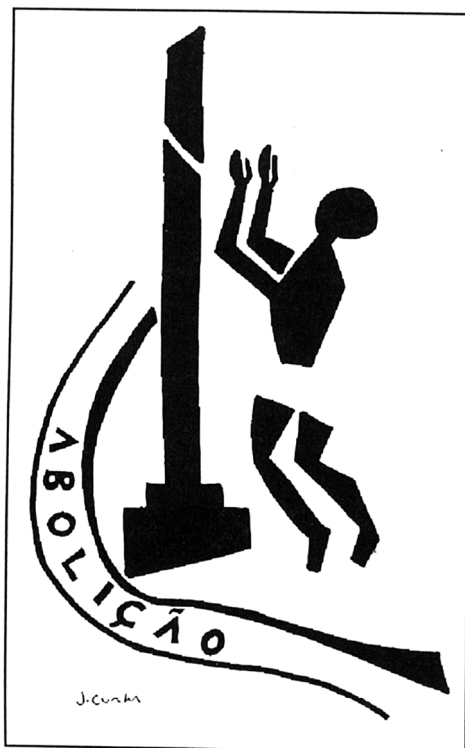
questão. O governador da cidade, D. Fernando José, diante da gravidade das reivindicações, inicia uma investigação minuciosa e conclui que poderia ser de Domingos da Silva Lisboa, por ser ele “pardo” e letrado, e em 16 de agosto o mesmo é preso e interrogado. Entretanto, novos “boletins são espalhados na cidade, levando o governador a investigar os poucos papéis escritos contidos em seus arquivos, e comparando as letras e o conteúdo dessas comunicações chega a Luis Gonzaga das Virgens, que tempos atrás havia enviado um requerimento ao mandatário reivindicando direitos iguais em sua corporação”.

Em 23 de agosto, Luís Gonzaga da Virgens é preso e, entre seus pertences, se encontravam textos relacionados aos ideários franceses de “liberdade e igualdade”. Entre os dias 24 e 25, seus irmãos afro-baianos, preocupados com a sua prisão, precipitam a revolução para uma reunião acontecer no sábado de lua cheia do dia 25 de agosto no campo do Dique do Desterro. Porém, poucos comparecem e a “conjuração” se configura, justificando a prisão de 49 pessoas, entre as quais, 33 legalmente processados: Luis Gonzaga das Virgens e Veiga, João de Deus do Nascimento, José Félix da Costa, Luís Leal, Lucas Dantas, Romão Pinheiro, Caetano Veloso Barreto, Manuel Faustino dos Santos Lira, Ignácio da Silva Pimentel, Luís da França Pires, José Joaquim de Siqueira, Antônio Joaquim da Silva, José Raimundo Barata de Almeida, José de Freitas Sá Couto, Nicolau de Andrade, José do Sacramento, Domingos Pedro Ribeiro, Antônio Simões da Cunha, Cipriano José Barata de Almeida, Cosme Damião, Pereira Bastos, Ignácio Pires, Manoel José de Vera Cruz, Gonçalo Gonçalves de Oliveira, José Pires, Fortunato da Veiga Sampaio, Vicente, Felipe Nery, João Fernando de

Vasconcelos, Hermógenes Francisco de Aguillar, Manoel de Santa Anna, Francisco Muniz Barreto de Aragão e José Gomes de Oliveira Borges. (Tavares, obra citada, p.9).

Entre tantos presos e indiciados, somente cinco seriam condenados à pena máxima de enforcamento, sendo todos eles afro-brasileiros: Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino do Nascimento, João de Deus e Luís Pires, que nunca foi encontrado. Os outros quatro foram sentenciados em 8 de novembro de 1799 com o enforcamento e esquartejamento público. Em realidade, o grande espetáculo desse fato histórico inusitado foram as condenações sangrentas desses quatro mártires, que tiveram que caminhar em cortejo público do Terreiro de Jesus até a Praça da Piedade.

02 A trama e a fala dos envolvidos



Reescrevemos, aqui, os seguintes documentos produzidos durante a Revolta:

- ◆ O Boletim “Aviso ao Pôvo Bahinence” que, com mais dez outros apareceram fixados no dia 12 de agosto de 1798 em alguns pontos da cidade do Salvador. Esses Boletins traziam o programa revolucionário do movimento e, obviamente, desencadearam a repressão de imediato contra a liderança e os muitos suspeitos. Em **História da Sedição Intentada na Bahia em 1798**, Luís Henrique Tavares reproduz todos Boletins.
- ◆ Depoimentos e falas dos envolvidos na Revolta extraídos de: **Autos da Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798**, vol. 36, do Arquivo Público da Bahia, e Devassa e Sequestros p. 118. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.
- ◆ O hino da Revolta e um perfil biográfico dos seus quatro principais líderes.
- ◆ Trecho da sentença imputada a Lucas Dantas e demais presos da Revolta e os “pregões reais” lidos em voz alta, nervosa, pelo meirinho-mor, antes da execução da sentença. Estes dois textos foram transcritos do livro **Primeira Revolução Social Brasileira**, de Affonso Ruy.

Aviso ao Pôvo Bahinence

Ó vós Homens Cidadaons, ó vós Pôvos curvados, e abandonados pelo Rei, pelos seus dispotismoz, pelos seus ministroz...

Ó vós Pôvo q nascesteis pã sereis Livres, e para gozares dos bons efeitos da Liberdade; Ó vós Pôvos q viveis flagelados com o pleno poder do Indigno coroadado, esse mesmo rei q vós creasteis, esse mesmo rei tirano he quem se firma no



trono pa vos veixar, p^a vos roubar, e p vos maltratar.

Homens, o tempo he xegado pa a vossa ressurreição, sim p^a ressussitareis do abismo da escravidão, para levantareis a Sagrada Bandeira da Liberdade

A liberdade consiste no estado felis, no estado livre do abatimento: a liberdade he a doçura da vida, o descanso do homem com igual palallélo de huns p^a outroz, finalmente a liberdade he o repouzo, e bemaventurança do mundo.

A França está cada vez mais exal – tada, a Alemanha ja lhe dobrou o juelho, Castela so aspira a sua aliança, Roma já vive aneixá, o Pontifice já está abandonado, e desterrado: o rei da Prucia está prezo plo. seu proprio pôvo: as nascoens do mundo todas tem seus olhos fixos na França, a liberd. e he agradável pa todos: he tempo povo, povo o tempo he xe – gado p^a vós defendereis a vossa Liberd. e o dia da nossa revolução, da nossa Liberd. e e da nossa felicid. e está para xegar, animaivos, que sereis felis p^a sempre.

Depoimentos e falas

LUCAS DANTAS E ROMÃO PINHEIRO

LD — Ora homem, não vês o vexame em que vivemos? O pesado jugo que sofremos? Sem poder levantar a cabeça.

RP — Que remédio? Isto assim principiou, assim se há de acabar.

LD — Isto é não pensar com nobreza, é frouxidão dos rapazes desta terra não adaptarem o partido da liberdade, porque eu, da minha parte, tenho mais de cento e tantas pessoas que seguem o dito partido o qual consiste em um levante nesta Cidade (...) em que entrarão brancos, pardos e negros, havendo igualdade entre todos, sem distinção de cores.

MANOEL FAUSTINO

Que estava projetado um levantamento nesta Cidade, o qual se executava daí a um, ou dois meses, a fim de serem libertos todos os pretos e pardos e viverem em uma igualdade de tal, que não haveria distinção de seres, e assim viveriam todos contentes, e devia ele declarante ter uma espada, para nesse dia defender o partido do levante, a que a causa da escravidão, em que viviam os pretos e pardos nesta Cidade nascia da Igreja de quem se deviam queixar.

LUCAS DANTAS A JOSÉ FELIX

— Há dias o ando procurando pra lhe comunicar um particular em benefício de todos.

É para respirarmos livres pois vivemos sujeitos, e por sermos pardos não somos admitidos a acesso algum e sendo República há igualdade entre todos.

LUCAS DANTAS A CAETANO VELOSO BARRETO

— O camarada Gonzaga, nosso amigo, está a espera de que nós o vamos libertar até o fim do mês, é justo que obremos por ele algum esforço, aliás todos ficaremos perdidos, como ele; ache-se você no dique à noite, para ver o número de gente que está disposta para esta empresa.

— Isso de religião é peta, devemos todos ser humanos, iguais, livres de subordinação.

LUCAS DANTAS PREGANDO A REVOLTA

Não estaremos sujeitos a sofrer um homem tolo que nos governe (...)

Só governarão aqueles que tiverem maiores juízo e capacidade para comandar homens sejam eles de que nação for.



DEPOIMENTO DE LUCAS DANTAS, JÁ PRESO, EM 20 DE SETEMBRO DE 1798

Perguntado desde que tempo principiara esta conjuração e quem fora o primeiro, que a lembrara, e por que motivos

Disse que segundo ao parecer dele, declarante, tivera princípio esta conjuração pouco antes do Natal passado, e que o primeiro que a levantara e principiara a dar-lhe corpo fora o soldado Luis Gonzaga das Virgens porque, pelo mês de novembro, o procurara o mesmo Luis Gonzaga na casa do declarante, juntamente com o soldado Manoel de Santana, do segundo regimento, que desertou pelas pranchadas com que foi castigado de ordem do seu coronel e principiara então a expressar a ele declarante algumas proposições libertinas, e sediciosas, apalpando-lhe o seu ânimo a esse respeito, e depois o continuara a procurar com repetição, falando-lhe já mais claro, e persuadindo-o à revolução, fazendo-lhe ver as vantagens de um governo onde todos figurassem com igualdade, e o modo, com que isto se poderia conseguir, pelo decurso de tempo, atraindo gente a este partido, e que desta maneira ficaria de uma vez desvanecida a diferença das cores dos homens e os pardos hábeis para qualquer emprego, ou dignidade, motivo este que principalmente impelia os seus projetos, que neste mesmo sistema, continuara todos os meses seguintes, até o em que foi preso, trabalhando sempre nesta empresa, e em dispor gentes a seguirem, o seu partido, que a proporção foram concorrendo parte das quais tem declarado, e no mês passado de agosto lhe leu Luis Gonzaga hum rol, que continha os soldos, que haviam de vencer os militares no novo

governo, além de outro com os nomes de vários soldados do seu regimento, que ele dizia tinha já prontos para o seguirem, dos quais ele declarante se não pode lembrar.

O Hino da Revolta

I

Igualdade e Liberdade
No sacrário da razão
Ao lado da sã justiça
Preenchem meo coração

II

Se a causa matriz dos entes
Tem as mesmas sensaçoes
Mesmo orgaos e precisoens
Dados a todos os viventes
Se a qualquer suficientes
Meios de necessidade
Remir deo com equidade
Logo são imperessiveis
E de Deus leis infalliveis
Igualdade e liberdade.

III

Se este dogma for seguido
E de todos respeitado,
Fará bem aventurado
Ao povo rude e polido.
E assim que florescido
Tem da America a Nação.
Assim fluctue o pendão
Dos francezes que a imitarão
Depois que, affeitos entrarão
No sacrario da razão



J. Conly

IV

Estes povos venturosos
Levantando os braços soltos
Desfeitos em mil pedaços
Féros grilhoens vergonhosos,
Jurarão viver ditosos,
Isentos de vil cobiça
Da impostura e da preguiça.
Respeitando os seus direitos
Alegres e satisfeitos
Ao lado da sua justiça

V

Quando os olhos dos Baianos
Estes quadros divisarem
E longe de si lançarem
Mil despoticos tyranos,
Quão felizes e soberanos
Nas suas terras serão!
Oh! Que doce commoção
Experimentão estas venturas
Só ellas, bem que futuras
Preenchem meo coração.

Retrato em preto e preto da liderança da revolta

- ◆ **LUIS GONZAGA DAS VIRGENS** Soldado do 2º Regimento Pago de Linha. Natural de Salvador. O mais velho dos quatro líderes. Tinha 36 anos quando foi condenado. Filho de Joaquim da Costa Roby e de Rita Gomes. Solteiro. Era um negro de estatura normal, forte, cheio de corpo, com pronunciada calvície frontal, cabelo encarinhado, rosto comprido, orelhas grandes, testa alta, olhos pretos, sobrancelhas pretas e finas, nariz afilado, boca rasgada, lábios grossos e barba fechada.
- ◆ **LUCAS DANTAS DE AMORIM TORRES** Soldado do Regimento da Artilharia. Natural de Salvador. Tinha 24 anos quando foi condenado, filho de Domingos da Costa e de Vicencia Maria Solteiro. Era um negro de estatura alta, muito magro, com pouca barba, cabeça redonda. Rosto comprido, testa alta, olhos pequenos e pretos, sobrancelhas finas, nariz afilado, boca pequena, lábios grossos.
- ◆ **JOÃO DE DEUS DO NASCIMENTO** Cabo de esquadra do 2º Regimento de Milícia e Alfaiate. Natural de Cachoeira. Tinha 27 anos quando foi condenado. Filho de José de Araújo e de Francisca Maria. Casado com Luiza Francisca de Araújo, negra livre. Era negro claro, cheio de corpo, cabeça redonda, cabelos pretos, orelhas pequenas, rosto comprido, testa alta, olhos pretos e pequenos, nariz afilado, boca pequena e barba cerrada.

- ◆ **MANOEL FAUSTINO DOS SANTOS LIRA** Alfaiate. Negro liberto. Natural de Santo Amaro da Purificação. Tinha 22 anos quando foi condenado. Filho de Raimundo Ferreira e de Felizarda, escrava do padre Antônio Francisco de Pinto. Solteiro. Era negro claro, de baixa estatura, “seco de corpo”, tinha cabeça redonda e cabelo curto, orelhas pequenas, rosto comprido, testa curta, sobrancelhas finas, olhos pardos, nariz afilado, boca pequena sem ponto de barba, com sinais de bexiga no rosto.

A execução da sentença

Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este execrável reo Luis Gonzaga das Virgens, homem pardo, natural desta Cidade, a que com barço, e pregão seja levado até o logar da forca, erigida para este supplicio, e que nella morra morte natural para sempre, sendo-lhe depois de morto separadas as mãos, e cortada a cabeça, que ficarão postadas no dito logar da execução, até que o tempo as consuma, no que foi condenado, e na confiscação de seos bens para o Fôro e Camara Real, e nas custas, por Acordão da Relação, que outro sim declarou infame a sua memoria, de seos filhos e netos, mandando outro sim que sendo propria a caza da sua habitação, seja demolida, e salgada para nunca mais se edificar, pela culpa que lhe rezultou da Devaça a que procedo o Dez or Ouvidor Geral com vezes de Corregedor do crime da Corte o Doutor Manoel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo pelos horrorozos papéis, espalhados pelos Templos e Lugares mais públicos desta mesma Cidade, de que fora fabricante o dito reo, para dispor alguns animos mal considerados para a mais execranda conjuração já dantes projectada, e dirigida a sublevar os



J. Cruz

povos, subtrahindo-se ao Supremo Poder e Alta Soberania da mesma Senhora, e a quebrantar a forma do Governo estabelecido fazendo-lhe succeder huma Democracia, rara, e independente, como se conheceo pela Devaça a que procedeo pela mesma conjuração o Dezembargador Sabino Alvares da Costa Pinto.

Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a estes trez reos, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deos do Nascimento, e Manoel Faustino dos Santos Lira, homens pardos forros, a que com baraço e pregão pelas ruas publicas desta Cidade sejam levados a Praça da Piedade, por ser também huma das mais públicas della onde na forca, que para este suplicio se levantara mais alta do que a ordinaria, morrão morte natural para sempre, depois do que lhe serão separadas as cabeças e os corpos dos dous primeiros feitos em quartos, sendo conduzida a do reo Lucas Dantas ao sitio mais descoberto, e publico do campo do Dique do Desterro, e pregada em hum poste alto levantado, até que o tempo a consuma, e da mesma sorte os quatro quartos, ficando em distancias proporcionadas, desde a caza, que foi da sua habitação, até o dito sítio, por ser o proprio destinado para o infame e sediciozo ajuntamento da noute de vinte e cinco de agosto do anno passado, sendo igualmente posta a cabeça do reo João de Deos defronte da caza, que lhe servia de morada, e os quartos nos caes de maior frequencia, e comercio desta Cidade, até que huns e outros sejam consumidos pelo tempo, para ser assim patente a todos a enormidade do seo delicto, e a correspondente punição; e a cabeça do reo Manoel Faustino por não ter habitação certa, seja posta defronte da caza do primeiro reo, Lucas Dantas, onde fazia a sua maior assistencia, e esperou os convidados

na dita noute de vinte e cinco de agosto, encaminhando-os para o dito Campo do Dique, no que forão condemnados e nas custas por Acordão da Relação, que outrosim declarou que as cazas dos ditos dous primeiros reos, sendo proprias, sejam arrazadas, e salgadas, para que nunca mais ahi se edifique, levantando-se hum padrão, em que se conserve a lembrança da infâmia, condemnando – os igualmente na confiscação de seos bens para o Fisco e Camara Real e os julgou incursos no crime de Lesa Magestade de primeira cabeça, e por isso infames para sempre a sua memoria, seos filhos e netos, pela culpa que rezultou aos ditos trez reos da Devaça a que procedeo o Dezembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto pelo levante projectado nesta mesma Cidade pelos ditos reos chefes delles afim de reduzirem o continente do Brazil a hum Governo Democratico, e o subtrairem ao Suavissimo e Humanissimo Governo da dita Senhora.

SENTENÇA DE LUCAS DANTAS E DEMAIS PRESOS

(...) Mostra-se que alguns dos habitantes desta Cidade, esquecidos dos primeiros, e mais essenciaes deveres do Cidadão e vassalo fiel se propozirão á perfida, infame e horrivel tentativa de disporem e executarem nesta mesma Cidade huma sublevação, p.a se subtrahirem ao Suavissimo e Illuminadissimo Governo da dita Senhora, e das suas sabias Leys, pelos meios mais execrandos, e depravados, que talvez porião em promptas, e efficazes pratica, a não serem opportunamente obviados com as immediatas, providencias, que de ordem do Governo se applicarão, e com as cuaes, muito a tempo de dissipou pela raiz todo o veneno

proveniente de semelhante conspiração. Para conseguirem aquelles sacrilegos fins, se erigirão em Chefes, e Cabeças, individuos da mais baixa e infima Ordem, tanto pelas suas pessoas, como pelas suas representaçoens e posses, que bem manifestão os sequestros colligidos no ultimo appenso; da classe dos homens pardos, qualidade, que lhes era odiosa, pretendendo por isso extingui-la por meio da indistincta igualdade, a que aspiravão; e derão principio a esta abominavel empreza, fazendo desseminalar com muita antecipaçoão ideas livres, e sentimentos antipoliticos entre aquelles que suppunhão mais capazes, e dispostos a segui-los, e em cujo espirito consideravão os mesmos motivos impulsivos de huma tão absurda, e inconsequente rezoluçoão: já, a convencelos de que o Governo e Leys, debaixo dos quaes vivião, erão de hum pezo e jugo insupportavel, que devião lançar de si, já, a representar-lhes as imaginarias vantagens, e propriedades d'huma Republica Democratica, onde todos serião iguaes, onde os acessos e Logares representativos serião communs, sem diferença da cor, nem da condiçoão, onde elles occuparião os primeiros Ministerios, vivendo debaixo d'huma geral abundancia e contentamento, trazendo-lhes á lembrança p.a mais os illudir, e surprender o exemplo do infeliz e desgraçado povo Francez, sem contudo ponderarem as funestas consequencias da sua indiscreta e mal entendida liberdade, a cujos impulsos tem sido sacrificados os patrimonios publicos e particulares com ruina total da Nação: e para imprimirem melhor esses impostores os seus infieis sentimentos, e accordarem nos meios e modos de os realizar, passarão a fazer desta materia o trivial objecto das suas familiares conversaçoes e praticas, quando acontecia juntarem-se huns nas cazas

dos outros, e então tratavão de tudo quanto julgavão conducente seus infames projectos, explicando cada hum as suas ideas, e deliberando ao mesmo tempo sobre ellas, com a discrição, e critica q. são d'esperar d'húas cabeças tão infames e allucinadas, quaes as destes miseraveis homens (...)

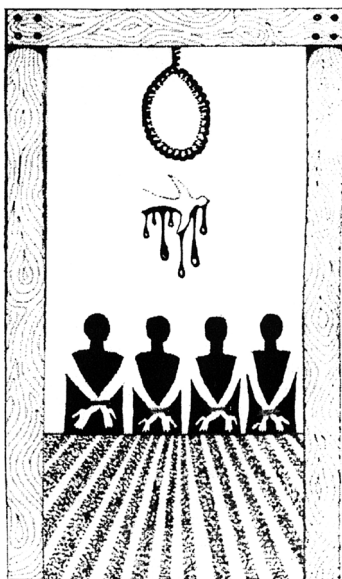
1995—2013

caderno de educação
ilê aiyê
projeto de extensão pedagógica

03

A revolta e a contemporaneidade

Jônatas Conceição



J. Cunha

A Revolta dos Búzios começou a ser popularizada, em Salvador, a partir do surgimento do Bloco Olodum, na década de 1980.

Realizando as suas atividades político-culturais na área do Centro Histórico do Salvador, nas proximidades da rua João de Deus, o Olodum realiza, há muitos anos, festivais especiais de música para lembrar “ao povo bahinense” o importante fato histórico liderado por afro-baianos, em 1798.

O “Canto Sublime” do cantor e compositor Betão, canção da primeira fase do Olodum, vem afirmar que agora é o “Olodum quem fala” e fala para anunciar/informar sobre a Revolta. Diz o compositor:

“Revolta dos Búzios vou cantar

Para os nossos povos, povos, muitos povos, regiões,
Muitas regiões unidos cantando, sorrindo, chorando”.

Em outros momento da literatura do Olodum sobre a Revolta dos Búzios, o cantor e compositor Germano Meneghel lembra, a partir do título de sua canção “Pelourinho, cultura africanizada”, o quanto estava permeado de africanidade o Olodum ao rememorar a saga dos revolucionários de “Búzios”.

Veja a canção:

Pelourinho, cultura africanizada

Autor: Germano Meneghel

Para obter um reinado
É preciso lutar com esforço e dinamismo
O Olodum vem saudar
Foi um ato marcante
Que aconteceu em Salvador
Foi a Revolta dos Búzios
João de Deus, Maciel e Pelô
Nasce uma nova era
Um novo poder de criar
Alfaiates, argolas, búzios
Olodum relembrar
Cultura africanizada
Olodum Pelourinho
Bahia, Salvador
Revolta dos Búzios
No Brasil
Emori, emori
Emori, emori pa

Com o didatismo peculiar da nova canção afro-baiana, forjada na quadra da **Senzala do Barro Preto**, do Ilê Aiyê, no Curuzu, a partir de 1974, Germano Meneghel começa a sua canção dizendo que para se “obter um reinado” – leia-se: ter poder – “é preciso lutar com esforço e dinamismo”. O autor nos diz que o que “O Olodum vem saudar/Foi um ato marcante” – A Revolta dos Búzios. Logo depois, aparece o nome de João de Deus – o mais popular mártir da Revolta, no cancionista afro-baiano – associado a espaços físicos onde o Olodum reina, lembra e ensina a História: o Maciel e o Pelô.

Esta retomada do tema da Revolta dos Búzios, no seio da jovem militância negra baiana, nos anos 80, veio, na verdade, poetizar musicalmente uma temática ensaiada no final dos anos 70, nos primórdios do movimento negro baiano contemporâneo, pelo Grupo Palmares Yñaron.

Em documento da época, o Grupo descreve a Revolta dos Búzios desta maneira:

“Búzios, ou a Revolta das argolinhas, como também ficou conhecida na época, é uma entre tantas tentativas de levante acontecidas no século dezoito, no Brasil. No trabalho que o grupo vem desenvolvendo no momento para o teatro, tenta mostrar que a Revolta dos Búzios não era um movimento constituído, exclusivamente, de alfaiates ‘ensopados’ com as ideias liberais da revolução industrial europeia. Ao contrário do que comumente pode-se pensar, Búzios foi uma das primeiras revoltas urbanas com propostas de transformação social. Os seus ‘panfletos’, distribuídos pelos pontos centrais da cidade do Salvador, continham um claro posicionamento contra a discriminação racial que, principalmente, os negros sofriam naquela época.

No texto que se segue ao lado, elaborado pelo Grupo Palmares Yñaron, apresentamos um de seus trabalhos escritos, numa linguagem acessível, os principais momentos da revolta, até o período em que são presos os seus principais conspiradores e a revolta é abortada”.

O registro do texto dramático, escrito por Godi, deste momento do Palmares Yñaron é importante, também, neste Caderno.

Veja o texto:

Revolta dos búzios

Palmares Yñaron

Solicita dos antigos as verdades e as histórias, que não contam os inimigos.

É a tal Revolta dos Búzios, que nunca ninguém traduziu.

Não é lenda dos antigos, é história verdadeira tanto que os inimigos nos escondem a derradeira... Se passa na velha Bahia, cidade do Salvador, em 1798 sendo de agosto mês e dia...

— A cidade nesta época tinha pretos, brancos e tenentes, os pretos construíam, os brancos abriam os dentes.

Apertado dos dois lados, o povo emburrado vivia, suportando à luz do dia, a mais cínica exploração, tendo o branco lado a lado, capangas a cada braço, impondo a escravidão...

PANFLETOS

Eis porque no dia 12 não se sabe bem por quem, nas paredes da cidade, na manhã... Na claridade, viram os povos manuscritos, parecidos com panfletos, anunciando, a todos o direito, seja d'um ou d'outro jeito...

Era a tal Revolta dos Búzios que nunca ninguém traduziu...

— Tanto da Cidade Baixa, antiga rua da Praia, que da Preguiça ia até a Jequitaiá, falou-se nessas verdades, nessas ditas liberdades!

– Também da Cidade Alta que do Forte São Pedro ia, e até a Soledade na Lapinha se estendia, falou-se nesses benditos, por poucos entendidos!

REPRESSÃO

A ginga cadenciada do batuque é interrompida pela harmonia marcial dos tambores, simultaneamente entram soldados com nítido sotaque português, lêem um comunicado real.

SOLDADO (Lendo) Por me ser constante que em vários lugares públicos desta cidade, se fixaram na manhã do dia de hoje, papéis os mais ímpios e atrevidos... ordeno que se procedam as mais exatas averiguações em matéria tão delicada para servir no conhecimento de pessoa ou pessoas que os escreveram a fim de serem punidos na forma das leis.

BAHIA, 12 de Agosto de 1798.

A esta altura figuras negras distribuem manuscritos, retomando a ginga e o batuque.

TODOS – (em ritmado canto) Só uma raça de homem não podia gostar não, raça de branco estrangeiro que há muito e a todo custo, cultiva a escravidão.

GOVERNADOR – (Lamentoso) Veja você que a situação, tão preta, se apresenta que até comerciantes e senhores coloniais, pouca riqueza experimentam.

– A verdade é que pagamos por tudo ou quase tudo, e mesmo nós temos que ficar mudos.

– Ou será que vocês não sabem que a maior parte das riquezas que ocupam os cofres meus, passam em forma de “dízimos”, quintos, tributos e impostos para os bolsos europeus?

– É, pagamos pelos lucros, e por tudo, e mesmo nós,

temos que ficar mudos.

Ora, sabemos as vantagens que tem e como a nós convém, a tal de mais-valia... pois os gringos até disseram... que se escraviza branco e preto com toda garantia.

TODOS Levando em conta o dito entende-se, porque na revolta se mostravam interessados muitos homens considerados (?)...

GOVERNADOR – ... Queremos a abertura dos portos e a cultura dos mortos... queremos as máquinas inglesas e importados na mesa..

TODOS – Queremos um mundo, onde todos sejam iguais, sem sangue nos ventos, nem hipocrisia nos conventos...

GOVERNADOR – Queremos a liberdade forjada, numa república burguesa, dando a poucos o direito de enriquecerem a seu jeito...

TODOS – ... Por isto pensaram em as tropas recompensar, com soldos extras e vantagens... afastando os pretos para as margens... e os mulatos pros quartéis... dizimando os tupis... promovendo os coronéis.

GOVERNADOR – ... E, mas fomos atrapalhados... pela intromissão dos mulatos... por esta e outras, não concordo com esta indistinta igualdade... pois preto e branco ralé, traz-se debaixo do pé... mas fomos atrapalhados, pela intromissão dos mulatos, pretos, brancos e os da roca... querendo na anarquia, passar na frente do boi, o carro... digo a carroça...

PRISÕES

16.08.1798

O primeiro a ser preso... foi o requerente de causar

Domingos da Silva Lisboa... Homem de muitas luzes e não mulato a-toa.

Apesar de trazer na pele, a marca dos não considerados... · Domingos nasceu em Lisboa, por isto homem capacitado.

22.08.1798

Mas logo fica provado ser do Lisboa a letra dos boletins... Surgem mais dois panfletos, revelando os mesmos fins.

É salvo pelo gongo o respeitado Lisboa... e preso no seu lugar, um mulato e soldada-atoa.

23.08.1798

Luis Gonzaga das Virgens é preso e interrogado... pois há muito manifestava, não aceitar as diferenças e discriminações por separado...

...E logo que corre, a noticia da prisão os outros revolucionários, marcam uma reunião.

...E o povo negro envolvido percebe por muitos ouvidos, quando não por muitos feitos... que o branco... digo o patrão, só se interessa pela produção.

<<ilustração >>

MÁRIO GUSMÃO NAR DOS BÚZIOS DO ILE/1991

...Pois como sempre queriam, das massas tirar proveitos... e nunca com elas, dividiremos os gordos efeitos.

24.08.1798

Também na noite de 24, outra reunião se dá... Era uma sexta brilhante, d'Orixá Oxalá...

Juntaram-se muitos, ao Lucas, ao Faustino e João de Deus. Juntos organizaram um plano... a esperança e o futuro dos seus.

TODOS 9 (NO RITMO)

...Se a fome trava os ossos, e os inimigos arrebanham os nossos, façamos dos nossos negócios, o tempo um dia mudar

... Faremos a nossa anarquia, da fome, da agonia... o acerto, o pacto e o jeito... Atiçando e colhendo maduro, as verdades escritas ao muro... ATICAR, ATIÇAR, ATIÇAR...

REVOLTA

25.08.1798

TODOS AO CAMPO DO DIQUE

E sob a noite clara da lua entendemos porque na revolta, se mostravam interessados... os ditos homens considerados...

O ilê aiyê revisita “búzios”

Foi o acúmulo de quase duas décadas de informações histórico-poéticas sobre a Revolta dos Búzios, semeadas por instituições do movimento negro baiano, que permitiu ao Bloco Afro Ilê Aiyê realizar um de seus mais significativos carnavais, em 1991, sobre esse fato histórico.

Com estamparias e canções, milhares de associados do Ilê Aiyê rememoram a luta de Luis Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, Manoel Faustino e João de Deus por “Direitos iguais, bem-estar social” o que significava, entre outras reivindicações, a Independência do Brasil e, principalmente, a Abolição da Escravatura, fato esse, o da Abolição, que a liderança da Inconfidência Mineira, em 1789, fez questão de esquecer.

Veja as canções:

Revolução

Autor: Willians Reis

A luta negra
Sempre existiu
Na Liberdade, Curuzu, Bahia, Brasil
Ilê espelho da revolução
Faz universo lembrar
A Revolta dos Búzios
No seu desfilar
Luis, Lucas, Manoel e João
Lutaram e morreram por estes ideais
Direitos iguais, bem-estar social
Difícil igualdade
Que a maioria sempre quis
Venha mais ligeiro fazer o planeta feliz
Ilê Ilê Ilê
Ilê Ilê Aiyê
O querer é o eterno poder.

A esperança de um povo

Autor: Reginaldo Sacramento (Reizinho)

Num canto envolvente
Vai meu sentimento, levar a tristeza
Num ego expresso vejo o Ilê Aiyê
Símbolo da raça negra
Revolta dos Búzios
História passada
Deixaram mágoa em Salvador
E o povo bahianense leu o boletim dos
revolucionários
Homens cidadãos
Ó povo curvado
E abandonado pelo rei
O Rei de Portugal
João de Deus, bravo guerreiro
Morreu enforcado, foi esquartejado
Por ser líder negro
A esperança de um povo
Que vivesse no mundo melhor
Liberdade, Igualdade, respeito
Eu quero direito sem o preconceito
Liberta eu
Liberta eu não quero sofrer mais não
Estou na beira do abismo correndo perigo
Cadê minha libertação?

Nas canções **“Revolução”** e **“A Esperança de um Povo”** os motivos mais enfatizados, como não poderiam deixar de ser, são os históricos relativos à Revolta dos Búzios.

Esta Revolta foi tramada para acontecer na Bahia, nos idos de 1798. O programa revolucionário do movimento veio a público através de vários boletins impressos que foram afixados nos pontos de maior afluência de Salvador, da época.

A Revolta dos Búzios sofreu influência decisiva das idéias da Revolução Francesa de 1789. Na Bahia, a liderança negra e não-negra, popular e elitizada, traduzia essas idéias como a instalação da República, a independência de Portugal, direitos de igualdade, liberdade e fraternidade e outras reivindicações a respeito de soldo de uma já pequena burguesia baiana abrigada, basicamente, nas guardas militares e serviços burocráticos da Colônia.

A liderança da Revolta, obviamente, não entendia porque também não reivindicar a libertação dos negros escravizados. Coube a ela fazê-lo. João de Deus, um dos quatro líderes negros assassinados, numa das fases do interrogatório expressa, assim, aquela reivindicação: “Que havia muita pólvora, bala, e gente para o fim de reduzir o povo desta Cidade a uma igualdade, sem distinção de qualidade”. Em outro momento, João de Deus é mais explícito: “Que o seu barracamento havia de ser nas Fortalezas, e que todos os cativos pardos e pretos ficarão libertos sem que houvesse mais escravo algum”.

Além de João de Deus, mais três líderes negros foram enforcados e esquartejados no dia 8 de novembro de 1799, na Praça da Piedade, hoje área central de Salvador.

Foram eles: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas e Manoel Faustino. O processo de interrogatório e de imputação das penas correu em tempo recorde. O governo da Bahia precisava dar uma satisfação rápida a Portugal e mostrar que, enfim, a colônia brasileira estava em paz, em calma. É bom observar que apenas a liderança negra sofreu a pena máxima imposta por Portugal e o governo da Bahia. Os brancos tiveram suas penas comutadas, ou o próprio governo fez vistas grossas às suas punições.

Relendo as canções do ilê

Na letra acima, “Revolução” de Willians, temos a destacar primeiramente a ideia de continuidade da luta negra por libertação: “A Luta Negra/Sempre existiu”. Ao mesmo tempo que o autor particulariza o fato histórico (a luta negra na Bahia, no Brasil) também introduz uma ideia de universalização. O Ilê Aiyê torna-se um espelho que reflete a revolução e faz o universo lembrar. As ideias universais da época, que a liderança de Búzios absorveu, foram, principalmente, as dos revolucionários franceses. Willians as expressa assim: direitos iguais, bem-estar social, igualdade que a maioria (os negros) sempre quis. O autor fecha sua canção com duas ideias mestras: a) a universalização: a luta dos oprimidos tornará “o planeta feliz”, e b) superação mais permanência sugeridas pela força do verso: “O querer é o eterno poder”.

Na canção de Reizinho “A Esperança de um Povo”, o aspecto que mais nos chama a atenção é o da subjetividade do poeta. O autor se envolveu de tal maneira com o drama dos líderes assassinados que o seu “canto envolvente” vai “levar a tristeza”, através de um “ego” que é o Ilê Aiyê. Em alguns trechos da canção, a do poeta e a voz do personagem da Revolta no caso Reizinho – privilegiou João de Deus – se identificam: “Liberta eu, não quero sofrer mais não/Estou na beira do abismo correndo perigo/Cadê minha libertação?”.

No primeiro verso o pronome pessoal de caso reto “eu”, usado singularmente em contexto oblíquo, deixa-nos também com duas possibilidades interpretativas: refere-se ao drama histórico de João de Deus, prestes a ser enforcado e esquartejado e, refere-se ao “eu” do poeta, ao negro brasileiro de hoje que, assim como a liderança da Revolta, ainda

luta contra o racismo, a discriminação e pelo poder político, e é assassinado diariamente pelas polícias brasileiras.

Temos ainda a destacar no poema de Reizinho:

1. a explicitação de traços de identidade étnica da liderança da Revolta, na letra representada por João de Deus (“Por ser líder negro”/// “Ilê Aiyê – Símbolo da raça negra”);
2. uma preocupação do poeta em retratar fielmente, com dados da História, o drama da Revolta (“João de Deus (...)/Morreu enforcado, foi esquartejado”/// “E o povo bahianense leu o boletim dos revolucionários”/// “Homens cidadãos/Ó povo curvado/E abandonado pelo rei/O rei de Portugal’); e
3. a leitura que os líderes negros da Revolta fizeram das teses da Revolução Francesa (“A esperança de um povo/ Que vivesse no mundo melhor/Liberdade, igualdade, respeito/ Eu quero direito sem o preconceito”).

bibliografia

- Jancsó, István. *Na Bahia, contra o Império. História do Ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo, Bahia, HUCITEC-EDUFBA, 1996.
- Mattos, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador, UFBA, 1974. (2ª edição 1998).
- Mattoso, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- Mattoso, Kátia. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador, Itapuã, 1969.
- Ruy, Affonso. *A primeira revolução social brasileira - 1798*, 2a. ed. São Paulo, Nacional, 1978, (Brasiliana, vol. 217).
- Tavares, Luis Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798* ("A Conspiração dos Alfaiates"), São Paulo, Liv Pioneira, 1975.

créditos da edição 2025

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Reitora: Georgina Gonçalves Dos Santos • **Vice-Reitor:** Fábio Josué Souza Dos Santos • **Pró-Reitor de Extensão e Cultura:** Danillo Silva Barata • **Coordenação de Cultura e Universidade:** Fabiana Comerlato • **Coordenação de Extensão Universitária:** Maria Da Conceição De Menezes Soglia

Anjo Negro Selo Editorial

Editor: Danillo Barata • **Editora Executiva:** Iansã Negrão • **Coordenação:** Morgana Miranda • **Revisão:** Joana Rizerio • **Tratamento de Imagem:** Roberto Abreu • **Digitalização dos Textos:** Leandro Sales • **Projeto Gráfico:** Iansã Negrão/ Casa Grida • **Design:** Iansã Negrão, Morgana Miranda & Isabella Coretti • **Produção Executiva:** Robson Oliveira • **Restauração:** Morgana Miranda e Rex

ISSN 2236-6784
e-ISSN 2764-5878

Permite-se a reprodução das informações publicadas, desde que sejam citadas as fontes

créditos da edição original

Projeto de Extensão Pedagógica
Caderno de Educação do Ilê Aiyê
Vol. 7 – Revolta dos Búzios: 200 anos

Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê

Diretoria

Hilda Dias dos Santos (Mãe Hilda)

Presidente: Antônio Carlos dos Santos Vovô

Diretora: Hildete Valdevina dos Santos Lima

Coordenação: Jônatas Conceição da Silva •

Rita de Cássia Santa Rita **Educadores:**

Ana Célia da Silva • Jaime Sodré • Jorge

Conceição • Lindinalva Barbosa • Maria de

Lourdes Siqueira • Marivaldo Paim • Paulo

Bonfim • Valdina Pinto **Capa e Ilustrações:**

J. Cunha **Fotos:** Lúcia Correia Lima •

Jônatas Conceição da Silva **Composição/Arte**

Final: Lindinalva Barbosa • Marcelo Campos

• Antônio Correia **Impressão:** Neográfica

(386-2670/9213) **Nossos Parceiros:** CEA0/

UFBA - Centro de Estudos Afro-Orientais

da Universidade Federal da Bahia • CESE-

Coordenadoria Ecumênica de Serviço •

Fundação Odebrecht • Secretaria Municipal

de Educação • Programa A Cor da Bahia do

Mestrado em Sociologia da UFBA • UNICEF •

Liceu de Artes e Ofícios • Fundação ABRING •

Secretaria de Trabalho e Ação Social SETRAS

End. Rua do Curuzu, 197, Liberdade

CEP 40305 000, Salvador • Bahia

Telefax 71 241 4969

e-mail: ileaiyê@e-net.com.br



PROexc
PROJETOS DE EXTENSÃO E CULTURA

UFB
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

 **PALMARES**
FUNDAÇÃO CULTURAL

**MINISTÉRIO DA
CULTURA**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO